

O ESSENCIAL É SOBREVIVER

O fundador do PP reassume o comando do Banco Itaú preocupado com as incertezas que rondam a economia do país neste ano.

Há exatamente um ano, quando presidia a sessão paulista do Partido Popular, o banqueiro e ex-prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal, sustentava que a economia até que ia bem, ao mesmo tempo em que via sombras nos horizontes políticos do país. Na semana passada, ele parecia muito mais interessado em debater temas econômicos do que em analisar seu futuro no Brasil surgido das urnas de novembro. “No momento, voltei a ser presidente do Banco Itaú”, explica Setúbal. “Estou muito preocupado com a situação econômica e financeira do país”.

Assim, em vez de reuniões destinadas a fundar algum partido liberal, ou de encontros com políticos interessados em atraí-lo para o PDS ou o PMDB, a agenda de Setúbal tem sido consumida quase inteiramente por coisas da economia. Na última semana do ano, ele reuniu a diretoria do Banco Itaú para fazer uma ampla e detalhada preleção sobre as perspectivas da economia e dos negócios brasileiros. Reuniões do gênero são habituais entre a cúpula do banco, mas a de dezembro é especial – ela dispara as diretrizes para o exercício seguinte.

São decisões que afetam o comportamento e os atos de 59 000 funcionários – dos quais 51 000 estão lotados nas 853 agências do banco comercial – encarregados de administrar um saldo de depósito à vista de 277 bilhões de cruzeiros e lucros de 12,4 bilhões, apenas no primeiro semestre de 1982, e de manter o Itaú na privilegiada posição de 2º maior banco brasileiro e 251º de todo o mundo. Na semana passada às vésperas de completar 60 anos, Setúbal abriu um espaço de 3 horas e falou a VEJA sobre suas idéias e previsões para 1983:

“O que ocorre fora repercute aqui”

VEJA – A inevitável temporada das previsões começou. O ministro Del Fim Netto, por exemplo acha que a economia crescerá 1,5% ou 2% em 1983. O senhor endossa essa aposta?

SETÚBAL – *acho que 1983 será pior que 1982. o Brasil vai ter que ajustar a redistribuição de todos os fatores de produção – por exemplo, tirar subsídios de um lado, aumentar os preços de outro – e eu nunca vi algo assim ser feito com uma melhora da economia. Pode ser que em 1984, 1985 a situação melhore. Mas não este ano que está começando.*

VEJA – O brasileiro médio tem a impressão de que a economia do país está à deriva. O senhor acredita que o governo tenha uma política econômica consistente?

SETÚBAL – *acho que o governo brasileiro tem o objetivos econômicos claramente definidos – o desenvolvimento nacional, o aumento de seu produto nacional, a melhoria da qualidade de vida. O que o Brasil não está habituado a encara é que nos últimos vinte anos a economia do país pelo seu próprio desenvolvimento, se integrou ao mundo*

ocidental de uma maneira impressionante. Antigamente a única ligação prática que o Brasil tinha com o comércio mundial era o preço do café e o volume exportado. Hoje, estamos econômica e financeiramente, profundamente integrados no mundo desenvolvido, e tudo que ocorre fora de nossas fronteiras tem profunda repercussão no Brasil: a taxa de juros externa, se sobe, pressiona a interna; as diferenças das taxas de câmbio dos países desenvolvidos torna mais ou menos rentáveis nossos produtos; o nível de expansão ou de recessão nos principais mercados determina se exportaremos mais ou menos. Por isso, tem-se a impressão de que o país está sem poder de decisão interno, pelo menos a um grau ao qual a sociedade estava habituada no passado. A realidade ainda está sintetizada na frase: quando os Estados Unidos espirram, a Europa está gripada e os países em desenvolvimento já foram pra cama.

VEJA – Era inevitável ao Brasil recorrer ao FMI?

SETÚBAL – Era. Quando você precisa ser operado, deve procurar o melhor hospital – o que não significa que seja bom ser operado. No caso, o FMI é o melhor hospital disponível. O Brasil se colocou numa encruzilhada: ou rompia com o sistema financeiro ocidental ou negociava. Tinha, por tanto, que negociar, e enfrentar o problema procurando a melhor solução possível. A cura definitiva, contudo, não será instantânea e só vira quando se reequilibrar todo o sistema financeiro. Enquanto houver 35 milhões de desempregados no mundo capitalista, a economia estará numa profunda crise, que deverá ser distribuída de maneira desigual. Teremos de lutar incessantemente para ficar com uma parcela compatível com nossas forças e não ser esmagados. Assim, entendo que a negociação é inexorável e exigira o apoio maciço da opinião pública nacional.

VEJA – A ida ao FMI implica necessariamente medidas austeras?

SETÚBAL – A austeridade é consequência inevitável de uma série de fatores que vieram à tona com a ida ao FMI. O FMI é a penas o radiologista que descobriu os ossos quebrados. Ora, não pode se culpar o radiologista pelos problemas nos ossos.

“Câmbio duplo pode ser a solução”

VEJA – O governo já anunciou diversas medidas econômicas para 1983, mas até o fim do ano pareceu contornar a questão da taxa de juros, preocupação generalizada entre quem toma empréstimos. Em sua opinião de banqueiro, quais são os acertos recomendáveis nessa área?

SETÚBAL – A taxa de juros é um ponto fundamental para a economia do país, que precisa ser atacado imediatamente. Mas nós não podemos analisá-lo partindo simples do ponto de vista de que está alta ou está baixa. É necessário, antes, analisar os parâmetros básicos que afetam esse mercado, altamente regulados pelo Banco Central. Ao meu ver, com as diretrizes recentemente adotadas pelo Conselho Monetário e reafirmadas pelo presidente do Banco Central o governo criou dois patamares internos para que os juros fiquem dramaticamente altos. O primeiro, quando anunciou que a taxa de câmbio vai ficar 1 ponto percentual acima do índice inflacionário de cada mês. Hoje, quem tomar empréstimo em moeda estrangeira ira pagar juros da ordem de 19%

no ano, fora a inflação. Coma aquela medida chegaremos a uma taxa de juros nos financiamentos de 34%.

VEJA – E quais serão as conseqüências?

SETÚBAL – Não há economia que agüente isso, também porque essa taxa tenderá a puxar todo o mercado para cima. As empresas que devem 63 bilhões de dólares a esse custo tenderam a tomar todo o dinheiro mais barato que aparecer no mercado, que sejam estatais privadas, ou multinacionais. Outro absurdo é que as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional com correção cambial – isto é, as que não se desvaloriza a caba oscilação do solar –, e que são a quase totalidade em circulação do país, renderão, pelo mesmo raciocínio, um juro real de 21%, com liquides e garantia total. Qualquer tipo de tabelamento, com a atual estrutura é absolutamente inevitável elevar a economia brasileira à insolvência.

VEJA – E há alguma solução à vista para remediar tal situação?

SETÚBAL – A única solução, ao meu ver, é o cambio duplo. Um para ser aplicado nas operações financeiras em geral – financiamentos e resgates das ORTN com correção cambial. O outro seria usado no comercio para ser aplicado sobre a importação e a exportação de mercadorias e de serviço. O primeiro seria um ponto percentual mais baixo que o segundo ao mês. Pelos cálculos que fiz em 1983 o Banco Central conseguiria, com a economia que fará na recompensa das ORTN com correção cambial, que vence nesse ano, pagar todo o subsidio que existiria para empresas com dividas em dólares, porem esses teriam reajustes pelo cambio financeiro que seria mais baixo.

VEJA – Se fosse adotada essa solução, que resultados imediatos traria?

SETÚBAL – O efeito positivo seria a queda vertical dos juros no open-market, nas operações de empréstimos em moeda estrangeira e daria mais possibilidades de o governo manejar melhor os patamares dos juros. Do lado negativo, haveria uma imensa dificuldade pratica de operação, que a meu ver não é tão grave como em outros países, porque no Brasil se está habituado a ter controle de cambio há cinquenta anos. E traria também um impacto sobre todos os que estão especulando violentamente com as ORTN, com correção cambial porque os preços desses papeis cairiam rapidamente no mercado. Todos os danos que isso trouxesse para a área financeira seriam compensados pela melhoria de taxas de juros para toda a economia nacional.

VEJA – E haveria efeitos no combate à inflação?

SETÚBAL – Essa medida seria favorável à contenção da inflação, na medida em que ela não exigiria recursos adicionais do Banco Central e, com a taxa de juros caindo, as empresas poderiam manter seus custos ao nível mais baixo.

“O que o Brasil fez foi renegociação”

VEJA – O senhor acha necessário alterar a atual política salarial?

SETÚBAL – É difícil imaginar que num país em recessão certos segmentos da sociedade tenham aumentam de poder aquisitivo, por mais justo, moral ou necessário que seja esse aumento. Por outro lado, devemos reconhecer que não será durante uma crise que mudaremos certas deformações estruturais que se desenvolveram no Brasil. Por exemplo: a indústria automobilística é fruto direto da má distribuição de renda. Ao corolário dessa afirmativa é que se nós tentarmos resolver, durante a crise, o problema da má distribuição de renda, nos agravaremos a situação das indústrias que produzem bens de uso de classe média, como automóveis ou aparelhos de televisão em cores. Em tempos de crise, o essencial é sobreviver.

VEJA – Em setembro Brasil já estava mergulhado numa grave crise financeira. Mas, durante dois meses, os contribuintes ignoraram o que ocorriam. O governo não deveria ser mais sincero com quem, afinal, vai pagar a conta?

SETÚBAL – No momento em que o governo tomou a decisão de comunicar o FMI que necessitava de sua ajuda, deveria ter trazido essa decisão ao conhecimento da sociedade brasileira, sob uma forma que fosse compatível com a tranqüilidade que o sistema financeiro exige.

VEJA – Se coubesse ao senhor explicar as decisões que o país tem tomado na área financeira, agiria como mais franqueza?

SETÚBAL – Um ministro da área econômica não pode responder a todas as questões no momento desejado. Por outro lado, o grau de desinformação do público no Brasil, tem sido muito grande. Entendo que, num país democrático, somente em casos extremos – quando está em jogo o próprio interesse nacional, de forma flagrante – o ministro deve usar a prerrogativa de não dar uma resposta precisa, ou menos verdadeira, sobre determinado assunto.

VEJA – Na reunião em Nova York, com os 125 maiores credores da dívida externa brasileira o governo pediu ou não uma moratória?

SETÚBAL – Para mim, moratória é a suspensão unilateral dos pagamentos – e isso o Brasil não fez. O que houve foi um pedido de renegociação, uma solicitação de empréstimos para pagar empréstimo. Foi, tipicamente, uma renegociação da dívida.

“Para o povo, o cruzeiro nada representa”

VEJA – Por que o governo evita o termo “renegociação”?

SETÚBAL – O ministro Del Fim Netto tem declarado que procura manter um estado de espírito construtivo para o Brasil, mesmo que isso lhe custe a credibilidade. Dentre desse contexto é que deve ser avaliada a preocupação das autoridades em não usar o termo renegociação, que a seus olhos teria uma conotação péssima.

VEJA – Não seria melhor contar toda a verdade à população e pedir-lhe os sacrifícios necessários?

SETÚBAL – Acho que isso decorre de uma postura política. Num país comunista as autoridades tomam todas as decisões sem dar qualquer explicação ao povo ou à imprensa. Num regime parlamentarista, todos os assuntos que os jovens levantam têm que ser discutidos diariamente no Parlamento – em sessões às quais comparecem os ministros. Nós, os brasileiros, estamos numa situação intermediária os jornais publicam, os ministros não respondem.

VEJA – A renovação ocorrida no Congresso Nacional pode alterar esse quadro?

SETÚBAL – Embora o novo Parlamento vá ter capacidade para atuar mais intensamente do que no passado, a nossa tradição ainda permite ao partido majoritário negar convocações de ministros para dar explicações, quando isso não é considerado interesse do governo.

VEJA – Além dos abalos sísmicos gerados pela recessão mundial, quais foram as causas internas que contribuirão para o agravamento da crise econômica e financeira?

SETÚBAL – Após a II guerra, aceitamos, como valor nacional o desenvolvimento econômico, mas até hoje a estabilidade financeira não se tornou um valor nacional. O cruzeiros não é um símbolo nacional, nada representa para o povo brasileiro. É simplesmente um papel que o governo imprime em grande quantidade. Influenciada por esse conceito é que a inflação sempre foi aceita, com grande resignação, pela sociedade. Mais do que isso, o Brasil sempre preferiu a inflação, desde que lhe fosse assegurado o desenvolvimento. Preocupar-se com a inflação exigiria um comportamento para o qual essa sociedade não possuía o necessário embasamento cultural e histórico.

VEJA – A exemplo de alguns setores da oposição, o general Andrada Serpa surge que o Brasil não pague a seus credores. De que forma um banqueiro como o senhor encara a teoria do calote?

SETÚBAL – É pelo menos, surpreendente que uma proposta assim seja veiculada por um general brasileiro, pois, filosoficamente, ela tem o mesmo embasamento de uma afirmação feita pelos comunistas, segunda a qual a propriedade particular é um roubo. A parte essa observação, de caráter puramente ideológico, a proposta é totalmente inevitável do ponto de vista prático, porque o sistema financeiro privado não é ingênuo. Ao tem emprestado ao Brasil quantias consideráveis, avaliou a hipótese de uma negação da dívida e possui, em contrapartida, uma grande capacidade de represália. Por exemplo: o Bando do Brasil tem, na sua rede de agências do exterior, especialmente nos Estados Unidos, depósito da ordem de 15 bilhões de dólares – em grande parte dos quais oriundos de países do Terceiro Mundo, cujos bancos centrais depositam ali suas reservas. Uma negação do pensamento da dívida externa traria imediatamente sua insolvência - através do congelamento de seus depósitos - assim como a de outros brancos brasileiros que tem agência no exterior.

VEJA – Que outras conseqüências poderia haver fora do sistema bancário?

SETÚBAL – Navios e aviões brasileiros estão hipotecados ao exterior, e poderiam ser apreendidos cadê vez que saíssem do país. Isso sem contar o fato de que empresas como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce perderiam os financiamentos enormes que

conseguem para os produtos que importam ou exportam. Temos que levar em conta que toda a importação e a exportação brasileira são financiadas. Com o calote, enfrentaríamos imediatamente uma expulsão dos sistema financeiro ocidental. Estaríamos numa condição semelhante a que a Rússia teve que enfrentar na década de 20, quando a sua produção industrial segundo seus próprios dados, caiu ao nível de 5% em relação a 1913 – 95% portanto, com terrível desemprego e terrível ruptura em todo o sistema produtivo, ate que fosse possível se remontar um esquema isolado do mundo capitalista

VEJA – Por que a dívida externa do Brasil cresceu tanto?

SETÚBAL – Poderíamos dizer, por exemplo, que todo o dinheiro que o Brasil tomou está Itaipu, ou foi consumido pelos gastos do petróleo tudo depende da forma de apresentar a questão. Ao meu ver a situação é o seguinte: tomamos dinheiros emprestado e operamos o Brasil. Então, temos que avaliar o que tínhamos e o que temos hoje. Sobrevivemos, crescemos, expandimos a nossa economia e aumentamos nossa dívida. Ou saldo é lucro.

“A arma da dívida é apenas ameaça”

VEJA – O senhor compartilha da suspeita de eu o sistema financeiro internacional não sobreviveria à queda do Brasil?

SETÚBAL – Declarações de alguns economistas dão a impressão de que os países em desenvolvimento tem, em suas dividas externas, uma grande arma para derrubar os países desenvolvidos. É obvio que o Federal Reserve Board, o banco central americano, não deixaria que nenhum banco de primeira linha dos Estados Unidos quebrasse porque financiou países do Terceiro Mundo – mesmo porque é relativamente barato impedir que isso ocorra. Os bancos privados americanos emprestaram ao Terceiro Mundo entre 150 bilhões e 200 bilhões de dólares. Se o Federal Reserve, no caso de haver uma dificuldade muito grande para esses bancos receberem, disser o que disse em relação às dividas da Polônia – “Eu pago os juros” –, nenhum daqueles bancos terá dificuldades adicionais. Isso representaria para o Federal Reserve pagar 20 bilhões de dólares de juros por ano, para reaver no futuro. E essa quantia, no orçamento americano, é extremamente pequena, não quebraria os Estados Unidos. Alias, os pobres nunca conseguem quebrar os ricos.

Crédito: Jaime Matos/Revista Veja/Editora Abril

Fonte: Revista *Veja*, edição 748, 05 jan. 1983, p.03-06.